

**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE
DEBÊNTURES, DA MODALIDADE CONVERSÍVEIS
EM AÇÕES DA "VARIG", S.A., (VIAÇÃO
AÉREA RIO-GRANDENSE), na forma abaixo:**

Pelo presente instrumento particular, como EMISSORA, "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), sociedade anônima com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dezoito de Novembro, nº 800, CGC/MF nº 92.772.821/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; NÚCLEO D.T.V.M. LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 314 - 4º andar - Conjunto 4-A, CGC/MF nº 57.550.402/0001-87, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, doravante denominada apenas AGENTE FIDUCIÁRIO; e ainda, como fiadores e principais pagadores, BANCO AMÉRICA DO SUL S.A., com escritório na Avenida Almirante Ribeirão Preto, nº 82 - 7º andar - São Paulo - SP, CGC/MF nº 61.230.165/0001-44; BANCO ANTONIO QUEIROZ S.A., com escritório na Rua Alvares Penteado, nº 143 - 2º andar - São Paulo - SP, CGC/MF nº 52.940.350/0001-31; BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A., com escritório na Avenida Luiz Xavier, nº 11 - Curitiba - PR, CGC/MF nº 76.543.115/0001-94; BANCO BANDEIRANTES DE INVESTIMENTOS S.A., com escritório na Rua Boa Vista, nº 162 - São Paulo - SP, CGC/MF nº 63.090.609/0001-19; BANCO BRADESCO S.A., com escritório na Cidade de Deus - Osasco - SP, CGC/MF nº 60.746.948/0001-12; BANCO COMERCIAL BANCESA S.A., com escritório na Avenida Duque de Caxias, nº 420 - Fortaleza - CE, CGC/MF nº 07.814.999/0001-51; BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S.A., com escritório na Rua Espírito Santo, nº 485 - Belo Horizonte - MG, CGC/MF nº 21.562.962/0176-94; BANCO DE TOKYO S.A., com escritório na Avenida Paulista, nº 1.274 - São Paulo - SP, CGC/MF nº 61.415.428/0001-90; BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., com escritório na Rua Capitão Montanha, nº 177 - 4º andar - Porto Alegre - RS, CGC/MF nº 92.702.067/0133-36; BANCO DO PROGRESSO S.A., com escritório na Avenida Afonso Pena, nº 550 - 1º andar - Belo Horizonte - MG, CGC/MF nº 22.531.842/0008-89; BANCO ECONÔMICO S.A., com escritório na Rua Miguel Calmon, nº 285 - Edifício Góes Calmon - Bairro Comércio - Salvador - BA, CGC/MF nº 15.124.464/0001-87; BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S.A., com escritório na Avenida Paulista, nº 1.294 - 12º andar - São Paulo - SP, CGC/MF nº 60.872.504/0014-48; BANCO INTER ATLÂNTICO S.A., com escritório na Avenida Rio Branco, nº 116 - 32º andar - Rio de Janeiro - RJ, CGC/MF nº 42.568.253/0001-06; BANCO MERCANTIL DE DESCONTOS S.A., com escritório na Rua XV de Novembro, nº 201 - São Paulo - SP, CGC/MF nº 60.892.304/0001-32; BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., com escritório na Rua Rio de Janeiro, nº 680 - 5º andar - Belo Horizonte - MG, CGC/MF nº 17.184.037/0001-10; BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A., com escritório na Rua Rio de Janeiro,

nº 654 - Belo Horizonte - MG, CGC/MF nº 34.169.557/0001-34; **BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A.**, com escritório na Rua Sete de Setembro, nº 1.028 - Porto Alegre - RS, CGC/MF nº 90.400.888/0001-42; **BANCO NACIONAL S.A.**, com escritório na Avenida Rio Branco, nº 123 - 4º andar - Rio de Janeiro - RJ, CGC/MF nº 17.157.777/0001-67; **BANCO OMEGA S.A.**, com escritório na Rua da Consolação, nº 331 - 11º andar - São Paulo - SP, CGC/MF nº 30.131.502/0001-12; **BANCO PONTUAL S.A.**, com escritório na Rua Haddock Lobo, nº 684 - 4º andar - São Paulo - SP, CGC/MF nº 06.702.112/0001-70; **BANCO RURAL S.A.**, com escritório na Rua Goitacazes, nº 250 - Belo Horizonte - MG, CGC/MF nº 33.124.959/0001-98; **BANCO VEGA S.A.**, com escritório na Rua Rodrigo Silva, nº 26 - 12º andar - Rio de Janeiro - RJ, CGC/MF nº 33.822.149/0001-05; **BANESTES S.A.** - **BANCO DO ESPÍRITO SANTO**, com escritório na Avenida Princesa Isabel, nº 574 - 16º andar - Edifício Pallas Center - Bloco A - Vitória - ES, CGC/MF nº 28.127.603/0001-78; **BCN BARCLAYS BANCO DE INVESTIMENTOS S.A.**, com escritório na Avenida Paulista, nº 1.842 - 25º andar - Edifício Cetenco Plaza - Torre Norte - São Paulo - SP, CGC/MF nº 61.146.577/0001-09 e **UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, com escritório na Avenida Euzébio Matoso, nº 891 - 4º andar - São Paulo - SP, CGC/MF nº 33.700.394/0001-40, todos representados por seus respectivos representantes legais, doravante denominados conjuntamente apenas **FIADORES**, vêm celebrar a presente Escritura Particular de Emissão de Debêntures a ser realizada pela **EMISSIONA** mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DA AUTORIZAÇÃO E DOS REQUISITOS

A presente escritura é celebrada com base na deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSIONA** realizada em 17 de novembro de 1994, cuja Ata será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976 e 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

A escritura de emissão será registrada no competente cartório de registro de imóveis da comarca da localidade da sede da **EMISSIONA**.

II - DA EMISSÃO

A emissão das **DEBÊNTURES** observará as seguintes condições:

1. Distribuição - As DEBÊNTURES serão objeto de distribuição pública respeitado o direito de preferência dos antigos acionistas, através de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, mediante o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de agosto de 1980.

2. Quantidade de Títulos - Serão emitidas 130.000 (cento e trinta mil) DEBÊNTURES.

3. Data da Emissão - Para todos os efeitos legais, especialmente a contagem dos acréscimos financeiros, a data-base dos efeitos financeiros da emissão de todas as séries das DEBÊNTURES (aqui denominada apenas DATA DE EMISSÃO) será o dia 1º de novembro de 1994.

4. Valor da Emissão - O valor global da emissão será de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) na DATA DE EMISSÃO.

5. Valor Nominal Unitário - As DEBÊNTURES de todas as séries terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na DATA DE EMISSÃO.

6. **Conversibilidade em Ações e Séries** - A emissão será feita em três séries, sendo:

- a) a 1ª série, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), composta de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures conversíveis em ações ordinárias da EMISSORA;
- b) a 2ª série, no valor de R\$ 71.000.000,00 (setenta e um milhões de reais), composta de 71.000 (setenta e um mil) debêntures conversíveis em ações preferenciais da EMISSORA;
- c) a 3ª série, no valor de R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), composta de 34.000 (trinta e quatro mil) debêntures conversíveis em ações preferenciais da EMISSORA.

7. Data do Vencimento Final - As DEBÊNTURES terão um prazo de 60 meses, sendo, portanto, o seu vencimento em 1º de novembro de 1999.

III - DO TÍTULO

As DEBÊNTURES terão as seguintes condições e características:

1. Forma - As DEBÊNTURES de todas as séries serão escriturais, negociadas na forma prevista no sub-item III.13 abaixo.

2. Espécie - As DEBÊNTURES de todas as séries serão da espécie subordinada, sendo que as debêntures da 1a. e 2a. séries serão garantidas por fiança prestada pelos FIADORES e principais pagadores, em caráter não solidário, limitada a fiança prestada à proporção discriminada no documento anexo I à presente, os quais comparecem e intervêm neste instrumento para expressar sua total e irrestrita anuência aos termos da presente Escritura, bem como para declarar, sob as penas da lei, que a prestação da citada fiança não contraria a legislação aplicável, inclusive normas regulamentares, seus atos constitutivos ou estatuto social, tendo sido autorizada pelos órgãos societários competentes.

2.1. A fiança compreenderá não só o principal da dívida da EMISSORA em relação aos debenturistas, mas também quaisquer acréscimos decorrentes de correção monetária e juros compensatórios ou moratórios, prêmio e de quaisquer outros eventuais acessórios, inclusive em caso de vencimento antecipado da dívida.

2.2. Os FIADORES se obrigam em relação à EMISSORA em caráter não solidário, na proporção discriminada no citado Anexo I, nos termos dos artigos 1.487 e 1.493 do Código Civil, com renúncia aos benefícios previstos nos artigos 1491, 1498, 1499, 1500, 1502 e 1503 do Código Civil e artigos 261 e 262 do Código Comercial, sendo esta fiança irrevogável e irretratável para todos os efeitos legais.

3. Preço de Subscrição - Para os efeitos desta emissão de DEBÊNTURES, o preço de subscrição corresponderá ao valor nominal da DEBÊNTURE, na data da emissão, atualizado monetariamente na forma aqui estabelecida, acrescido de juros pro-rata temporis até a data da efetiva subscrição.

4. Forma de Pagamento - O preço de subscrição das DEBÊNTURES será pago à vista, em moeda corrente no País, no ato da subscrição.

5. Correção Monetária - As Debêntures terão o seu valor nominal corrigido monetariamente, a cada ano, mediante a acumulação de 12 (doze) IPC-r mensais, a contar da DATA DA EMISSÃO, inclusive, ou do último pagamento anual de juros, inclusive, até a data do vencimento, dos resgates ou da conversão em ações.

5.1. Na hipótese de atraso na divulgação do IPC-r e, ainda, no caso de sua indisponibilidade em eventual resgate antecipado ou vencimento antecipado das debêntures, o valor a ser pago será calculado com base no último IPC-r mensal conhecido. O saldo remanescente decorrente da diferença entre

o valor pago e o valor efetivamente devido, será pago ou devolvido no primeiro dia útil do mês subsequente à efetivação do referido resgate ou ao vencimento antecipado, corrigindo-se pro rata diæ o valor devido, com base no IPC-r correspondente ao mês do vencimento ou resgate das debêntures até a data do efetivo pagamento.

5.2. Na hipótese de extinção do IPC-r ou em caso de proibição legal de sua utilização como índice de correção nas emissões de debêntures e não havendo a divulgação de sucedâneo legal, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado em substituição o índice determinado em lei, ou na sua ausência um índice aprovado pela assembléia geral de debenturista.

5.3. Se pela superveniência de normas legais ou regulamentares, vier a ser permitido e/ou não mais vedado expressamente a correção monetária pelo IPC-r em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma automaticamente aplicável, independentemente de qualquer formalidade ou ajuste, sendo certo que os valores passarão a ser reajustados dentro do menor período de reajuste admitido legalmente, de acordo com os índices de correção monetária acima pactuados.

6. Juros Remuneratórios - As DEBÊNTURES vencerão juros remuneratórios de 12% a.a. (computados na base de 360 dias) incidentes sobre o seu valor nominal corrigido na forma estabelecida no item 5 supra, pagos anualmente, a cada primeiro dia útil do mês de novembro, a partir de novembro de 1995, sendo a taxa de juros referida neste item calculada exponencialmente na data do pagamento, com base no número de dias decorridos entre a DATA DA EMISSÃO ou do último pagamento, conforme o caso, e a data do efetivo pagamento.

7. Prêmio - As DEBÊNTURES terão direito a um prêmio anual, contado a partir da data de emissão, pagável no dia 01 de novembro de cada ano, e devido, ainda, nas hipóteses e nas datas do vencimento antecipado, resgates antecipado e nas amortizações, calculado pela diferença positiva, se houver, apurada nas datas dos respectivos pagamentos, entre:

- i) a média ponderada das correções cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira sem vinculação a repasse específico, publicada no Diário Oficial da União (seção 3) nos dias 10 e 25 de cada mês ou na edição subsequente àqueles dias, se a referida publicação oficial não for editada naquelas datas; e,
- ii) o índice de correção monetária das debêntures, IPC-r.

7.1. O prêmio não será devido na hipótese de conversão das DEBÊNTURES.

8. Amortização - A EMISSORA se obriga a amortizar o principal de cada debênture em circulação, que será calculado pelo seu valor nominal na DATA DA EMISSÃO, atualizado na forma prevista nesta escritura, em três parcelas anuais e sucessivas, na seguinte proporção:

- i) 30% (trinta por cento) na data de primeiro de novembro de 1997;
- ii) 30% (trinta por cento) na data de primeiro de novembro de 1998;
- iii) 40% (quarenta por cento) na data de primeiro de novembro de 1999;

9. Direito de Preferência na Subscrição - Os acionistas terão direito de preferência à subscrição das DEBÊNTURES, a contar da publicação do aviso aos acionistas, para a subscrição das DEBÊNTURES, na forma do artigo 171, parágrafo primeiro, letra "b" da Lei nº 6.404/76, na proporção de suas ações no capital da EMISSORA.

10. Locais e Datas de Pagamento de Juros e Valor Nominal - O valor nominal das DEBÊNTURES, os juros devidos e eventual prêmio serão pagos nas datas estabelecidas para os seus respectivos vencimentos, através do sistema da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou na sede da EMISSORA na hipótese do debenturista não estar vinculada ao sistema.

10.1. Caso não haja expediente comercial ou bancário na data do vencimento no local onde o pagamento de qualquer obrigação deve ser efetuado, o respectivo prazo será prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente subsequente.

11. Vencimento final - Por ocasião do vencimento final a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das DEBÊNTURES ainda em circulação, pelo seu valor nominal corrigido monetariamente na forma do sub-item III.5 e acrescido dos juros remuneratórios.

12. Decadência do Direito aos Acréscimos - As DEBÊNTURES, após o vencimento final, não vencerão juros, nem serão objeto de correção monetária.

13. Negociação - A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

14. Juros Moratórios - Caso a EMISSORA venha a incorrer em mora no pagamento do principal, atualização monetária e juros, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros e atualização monetária na forma ora estabelecida, bem como a juros moratórios de 1% (hum por cento) ao mês, incidentes sobre o valor em atraso, calculados desde a data da inadimplência até a do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, tudo sem prejuízo do Vencimento Antecipado previsto no sub-item VI, 1 e 2.

15. Opção de Conversão - É facultado aos Debenturistas a conversão de suas DEBÊNTURES em ações ordinárias ou preferenciais, a qualquer tempo até a data do vencimento final, com observância das seguintes proporções entre debêntures e ações convertidas em cada série:

- (i) da data da subscrição até o trigésimo primeiro dia do mês de outubro de 1995 - cada debênture poderá ser convertida em 385 ações;
- (ii) do dia primeiro do mês de novembro de 1995 até trigésimo primeiro dia do mês de outubro de 1996 - cada debênture poderá ser convertida em 308 ações;
- (iii) do dia primeiro do mês de novembro de 1996 até trigésimo primeiro dia do mês de outubro de 1997 - cada debênture poderá ser convertida em 254 ações;
- (iv) do dia primeiro do mês de novembro de 1997 até trigésimo primeiro dia do mês de outubro de 1998 - cada debênture poderá ser convertida em 178 ações;
- (v) do dia primeiro do mês de novembro de 1998 até o primeiro dia do mês de novembro de 1999 - cada debênture poderá ser convertida em 102 ações.

15.1. As ações decorrentes da conversão, farão jus aos mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidas às ações preferenciais ou ordinárias, negociadas em Bolsas de Valores conforme seja o caso, e farão jus às bonificações distribuídas a partir da data da solicitação da conversão pelo debenturista, bem como qualquer direito deliberado em ato societário da EMISSORA, e ainda a dividendos integrais se forem convertidas no primeiro semestre e a 50% desses dividendos se forem convertidas no segundo semestre.

15.2. O debenturista que desejar exercer seu direito de converter as debêntures de que é titular em ações de emissão da EMISSORA deverá comunicá-lo a mesma por escrito, inclusive por telex ou fac-símile confirmado por carta com protocolo, na mesma data, devendo a conversão ser efetuada no

mesmo dia do recebimento do pedido pela EMISSORA. Para tais fins a EMISSORA informa seus números de telex e fac-símile:

15.2.1. A Comunicação de que trata este sub-item deverá conter:

- a) o número de debêntures a serem convertidas;
- b) em caso de investidor estrangeiro, o nome do banco ou sociedade no Brasil ou outro local acordado entre a EMISSORA e os Debenturistas ao qual devem ser enviadas as ações decorrentes da conversão;

15.3. O número de ações decorrente da conversão das debêntures mencionada no sub-item III 15, será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da DATA DA EMISSÃO, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

15.4. Sempre que a EMISSORA aumentar o seu capital social por subscrição, com emissão de novas ações, ou emitir bônus de subscrição, os debenturistas terão o direito de converter suas debêntures em ações, pelo mesmo e idêntico preço de emissão das ações relativas ao aumento de capital, ou de exercício dos bônus de subscrição, não sendo, portanto, aplicáveis as proporções estabelecidas no caput deste item 15. Para tal fim, deverão os debenturistas comunicar à EMISSORA a intenção do exercício de tal direito, no mesmo prazo do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da EMISSORA, ou no prazo do eventual direito de prioridade conferido aos acionistas da EMISSORA, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do primeiro anúncio de início de distribuição pública de ações ou dos bônus de subscrição. Nesta hipótese o preço de emissão das ações ou do exercício dos bônus supracitados será reajustado desde o início dos prazos anteriormente mencionados até a data do expresso pedido de conversão, pela mesma forma e pelos mesmos índices e taxas aplicáveis às debêntures.

15.5. Os direitos das ações decorrentes da conversão efetuada com base nos critérios aludidos no sub-item 15.4 serão os mesmos das ações subscritas por ocasião do respectivo aumento de capital.

15.6. Os titulares das ações decorrentes da conversão de debêntures ocorrida até a data da publicação da deliberação de aumento de capital mediante subscrição de ações ou do exercício dos bônus de subscrição, exclusiva, terão direito de preferência para a subscrição dos mesmos, ficando excluídos deste direito os titulares de ações decorrentes de conversão ocorrida após aquela data.

15.7. Na hipótese de ocorrerem emissões de debêntures com base de conversão mais favorecida, fica assegurado aos debenturistas detentores de debêntures desta emissão em circulação, o direito de terem suas debêntures convertidas nas mesmas bases das novas emissões.

15.8. No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital dela decorrentes serão realizados mensalmente, e averbados na Junta Comercial da sede da EMISSORA, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos observado o disposto no inciso III do Artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e no estatuto social da EMISSORA.

15.9. Os certificados das ações resultantes da conversão, serão colocados à disposição de seus titulares até 03 (três) dias úteis após a data da solicitação de conversão.

15.10. Para todos os efeitos legais, considerar-se-á como data de conversão a data do recebimento do respectivo pedido na sede da EMISSORA ou em local que a mesma venha a indicar.

15.11. As frações de ações oriundas da conversão serão pagas pela EMISSORA em dinheiro, na data da conversão.

15.11.1. Quaisquer valores de juros devidos até a data de conversão de que trata o sub-item 15.5 acima, sobre a parcela de debêntures convertidas, serão calculados pro-rata temporis até a data da conversão e serão pagos cinco dias úteis após a citada data da conversão, devidamente atualizados por dia útil desde a data da conversão até a data do efetivo pagamento pelo IPC-r.

15.11.2. Em caso de extinção do IPC-r aplicar-se-á o disposto no sub-item III 5.2. acima.

16. Resgate Antecipado - A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, a partir do 3º (terceiro) ano contado da data da emissão, resgatar no mercado as debêntures pelo seu valor nominal corrigido monetariamente, acrescido de juros remuneratórios e de eventual prêmio, calculados pro rata temporis.

16.1. Os debenturistas terão prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação do resgate, para manifestarem-se em caráter irrevogável por uma das seguintes alternativas: i) se aceitam o mesmo ou ii) se irão converter suas DEBÊNTURES em ações. Em ambos os casos, fica vedada a transferência das DEBÊNTURES neste período.

IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:**

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202 de 06.12.93, nos prazos previstos na citada Instrução; e
- d) imediatamente, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada, e que possa, comprovadamente, direta ou indiretamente, afetar o cumprimento de qualquer obrigação assumida pela EMISSORA em decorrência da presente escritura.

2. A EMISSORA obriga-se, ainda a:

- a) não realizar operações fora de seu objeto social;
- b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis;
- d) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- e) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 30 (trinta) dias ou que possa, potencial ou efetivamente, ensejar o descumprimento pela EMISSORA de qualquer de suas obrigações ora estabelecidas.
- f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

- g) efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202 de 06.12.93.
- h) manter em adequado funcionamento serviços de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente escritura, já qualificado no preâmbulo desta escritura, o qual neste ato aceita a nomeação nos termos da lei e da presente escritura, para representar, perante ela, EMISSORA, a comunhão dos titulares de DEBÊNTURES.

1. Declaração - O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e o artigo 9º da Instrução CVM nº 202 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é designada;
- b) aceitar a função que lhe é conferida assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) aceitar integralmente a escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- d) a EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que impeça a este exercer, plenamente, suas funções.

2. Remuneração - O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração anual de R\$ 10.000,00.

2.1. Os valores referidos nesta cláusula serão corrigidos monetariamente pelo mesmo índice aplicável às debêntures, IPC-r, a partir da data da assinatura desta Escritura.

3. Substituição - Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial ou falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos

debenturistas, para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

3.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

3.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das DEBÊNTURES no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

3.3. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.

3.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada a mesma escritura.

3.5. O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da escritura de emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito baixados por ato da CVM.

4. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO - Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das DEBÊNTURES;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da EMISSORA;
- i) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;
- k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b" da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - 1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
 - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

- 1.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA;
 - 1.4) posição da distribuição ou colocação das DEBÊNTURES no mercado;
 - 1.5) conversões e pagamento de juros das DEBÊNTURES realizados no período, bem como aquisições e vendas de DEBÊNTURES pela EMISSORA;
 - 1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de DEBÊNTURES, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
 - 1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
 - 1.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.
- m) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da EMISSORA;
 - m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) nas instituições que coordenam a colocação das DEBÊNTURES;
- n) publicar, nos órgãos da Imprensa em que a EMISSORA deve efetuar suas publicações, e às expensas da EMISSORA, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na letra "m";
- o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da escritura, especialmente daquelas impositivas das obrigações de fazer e de não fazer;
- p) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas, na escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM.

5. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO - O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar, observadas as condições desta emissão, antecipadamente vencidas as DEBÊNTURES, e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- c) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

6. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO - Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA.

6.1. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma desta escritura, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das DEBÊNTURES, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VI - VENCIMENTO ANTECIPADO

1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas e pagáveis todas as obrigações oriundas da presente emissão com relação às respectivas DEBÊNTURES e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA e/ou pelas FIADORES do preço de emissão das mesmas DEBÊNTURES, acrescido de correção monetária calculada na forma desta escritura e juros calculados pro rata temporis, na ocorrência das seguintes hipóteses abaixo referidas, sem prejuízo do disposto nos artigos 762 e 954 do Código Civil:

- a) liquidação ou decretação da falência da EMISSORA;
- b) falta de cumprimento pela EMISSORA de toda e qualquer obrigação referente à emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

- c) protesto legítimo e reiterado de títulos da EMISSORA;
- d) intervenção do Poder Executivo na EMISSORA, na hipótese prevista no artigo 188 da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, efetiva e comprovadamente, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela EMISSORA nesta escritura;
- f) não cumprimento pela EMISSORA das obrigações assumidas com a General Electric Capital Corporation, no contrato de leasing operacional relativo a seis aeronaves Boeing 767-200, assinado em 15 de agosto de 1994.

2. O vencimento antecipado das debêntures será comunicado à EMISSORA por notificação remetida através de Cartório de Títulos e Documentos.

VII - RENÚNCIA

Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

VIII - ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 1. Os titulares das DEBÊNTURES poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 2. A assembleia dos debenturistas poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das DEBÊNTURES em circulação.
- 3. Aplica-se à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembleia geral de acionistas.

4. A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

5. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem metade mais um no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação com relação a qualquer dos assuntos aqui previstos que exija aprovação dos debenturistas.

IX - DESPESAS

Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro dos atos necessários para a colocação da presente emissão, tais como a escritura de emissão e ata da assembléia geral extraordinária, bem como os custos com a publicação desta última na forma legal.

X - AVISOS E PUBLICAÇÕES LEGAIS

1. Publicações Legais - Todas as informações e comunicações de caráter geral aos debenturista, assim como qualquer publicação legalmente exigida deverá ser feita no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil.

XI - DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

XII - FORO

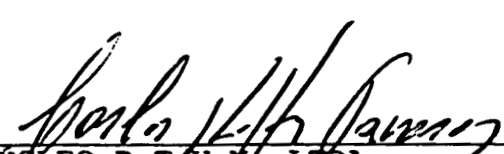
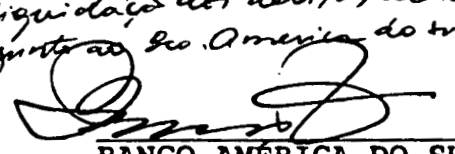
Fica eleito o foro da Comarca da capital do Estado do Rio de Janeiro com o único competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta Escritura Particular de Emissão de Debêntures, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

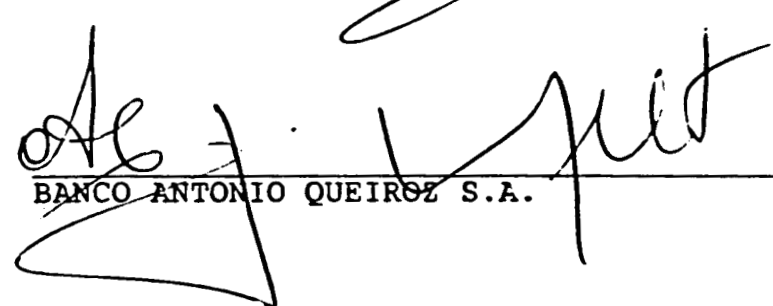
E estando assim estabelecidas as condições que regerão a emissão das DEBÊNTURES objeto desta escritura, a EMISSORA assina a presente em trinta vias de um só teor, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1994.



 "VARP S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)"


 NÚCLEO D.T.V.M. LTDA.
*A validade desta fiança está condicionada à efetiva
 liquidação dos débitos de responsabilidade da Varig
 junto ao Bco. América do Sul S/A.*

 BANCO AMÉRICA DO SUL S.A.


 BANCO ANTONIO QUEIROZ S.A.

CONTINUAÇÃO DA FOLHA DE ASSINATURAS DA ESCRITURA DE EMISSÃO
DE DEBÊNTURES DA "VARIG S.A.". (Viação Aérea Rio-Grandense),
DATADA DE 25 DE NOVEMBRO DE 1994.

*A validade desta página está condicionada à efetiva liquidação
dos débitos do Grupo VARIG junto ao Banco Bamerindus do Brasil S.A.*

[Signature]
BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A.

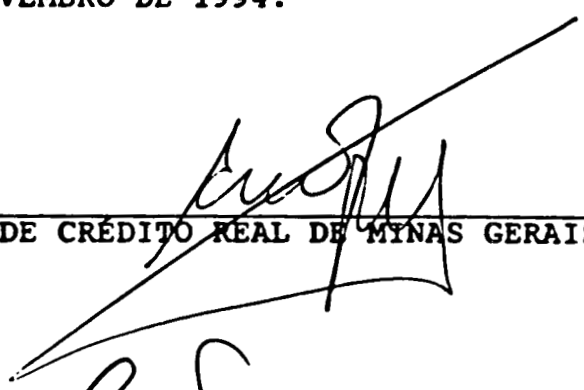
*O Banco Bandeirantes de Investimentos S.A. compromete-se a fornecer por política
do Banco Bandeirantes S.A. crédito de emissão. A validade de este produto financeira
está condicionada à efetiva liquidação dos débitos de responsabilidade do
Grupo VARIG junto ao Banco Bandeirantes S.A., em qualquer de suas prestações.*

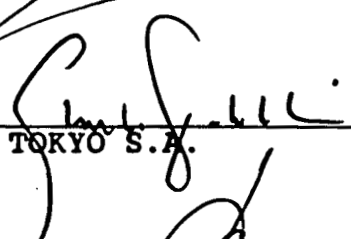
[Signature]
BANCO BANDEIRANTES DE INVESTIMENTOS S.A.

[Signature]
BANCO BRADESCO S.A.

[Signature]
BANCO COMERCIAL BANCESA S.A.

CONTINUAÇÃO DA FOLHA DE ASSINATURAS DA ESCRITURA DE EMISSÃO
DE DEBÊNTURES DA "VARIG S.A.". (Viação Aérea Rio-Grandense),
DATADA DE 25 DE NOVEMBRO DE 1994.


BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S.A.


BANCO DE TOKYO S.A.


BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.


BANCO DO PROGRESSO S.A.

CONTINUAÇÃO DA FOLHA DE ASSINATURAS DA ESCRITURA DE EMISSÃO
DE DEBÊNTURES DA "VARIG S.A.". (Viação Aérea Rio-Grandense),
DATADA DE 25 DE NOVEMBRO DE 1994.

*A validade desta Fiança está condicionada à efetiva
liquidação dos débitos de responsabilidade do Cervej
Varig junto ao Grupo Econômico SIB.*

[Signature]
BANCO ECONÔMICO S.A.

[Signature]
BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S.A.

*A validade desta Fiança está condicionada à efetiva liquidação dos débitos de
responsabilidade do Varig junto ao Banco Inter-Atlântico*

[Signature]
BANCO INTER-ATLÂNTICO S.A.

[Signature]
BANCO MERCANTIL DE DESCONTOS S.A.

CONTINUAÇÃO DA FOLHA DE ASSINATURAS DA ESCRITURA DE EMISSÃO
DE DEBÊNTURES DA "VARIG S.A.". (Viação Aérea Rio-Grandense),
DATADA DE 25 DE NOVEMBRO DE 1994.

cond. à lig. de debs da Varig
no MB.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

cond. à lig. de debs da
Varig no MB.

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.

BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A.

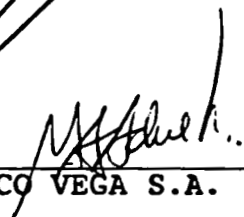
BANCO NACIONAL S.A.

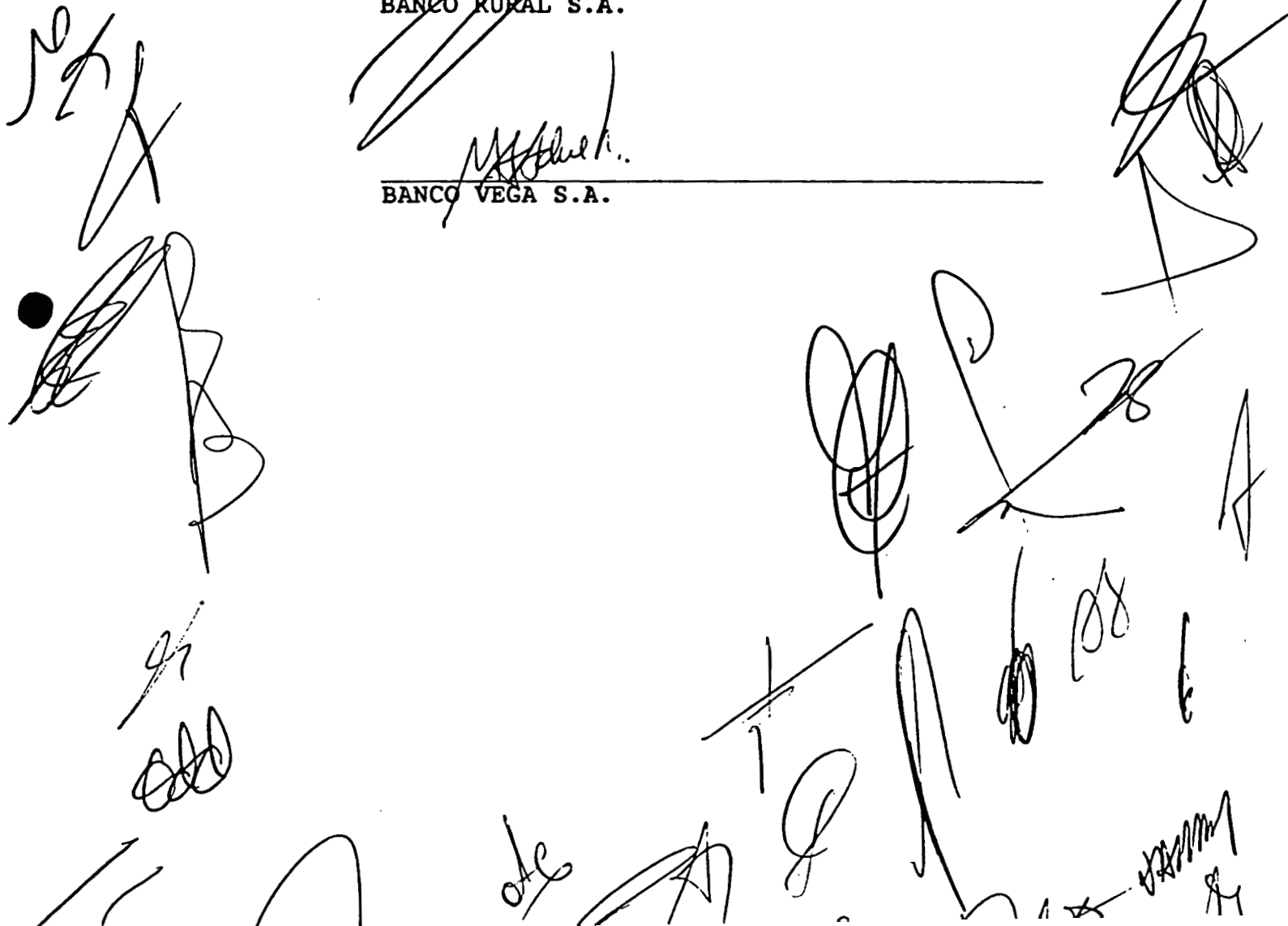
CONTINUAÇÃO DA FOLHA DE ASSINATURAS DA ESCRITURA DE EMISSÃO
DE DEBÊNTURES DA "VARIG S.A.". (Viação Aérea Rio-Grandense),
DATADA DE 25 DE NOVEMBRO DE 1994.


BANCO OMEGA S.A.


BANCO PONTUAL S.A.


BANCO RURAL S.A.


BANCO VEGA S.A.



CONTINUAÇÃO DA FOLHA DE ASSINATURAS DA ESCRITURA DE EMISSÃO
DE DEBÊNTURES DA "VARIG S.A.". (Viação Aérea Rio-Grandense),
DATADA DE 25 DE NOVEMBRO DE 1994.


BANESTES S.A. BANCO DO ESPÍRITO SANTO


BCN BARCLAYS BANCO DE INVESTIMENTOS S.A.


UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Testemunhas:

1.

Nome: _____
CPF: _____

2.

Nome: _____
CPF: _____














ANEXO I

Relação dos FIADORES com indicação do seu respectivo percentual afiançado em relação ao valor total da emissão de debêntures, nos termos do item III, sub-itens 2, 2.1 e 2.2 da Escritura.

Nome do Banco	Percentual da Fiança
Banco América do Sul S.A.	2,088229625%
Banco Antonio Queiroz S.A.	0,255338237%
Banco Bamerindus do Brasil S.A.	13,247742018%
Banco Comercial Bancesa S.A.	0,265748952%
Banco Bandeirantes de Investimentos S.A.	0,309754763%
Banestes S.A. - Banco do Espírito Santo	2,155389691%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1,806538278%
BCN Barclays Banco de Investimentos S.A.	7,948639352%
Banco Francês e Brasileiro S.A.	2,696500438%
Banco Bradesco S.A.	4,108193527%
Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.	1,128372502%
Banco Econômico S.A.	2,588940246%
Banco Inter-Atlântico S.A.	4,090220869%
Banco Mercantil do Brasil S.A.	0,305668166%
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	0,043548200%
Banco Mercantil de Descontos S.A.	2,577791283%
Banco Meridional do Brasil S.A.	0,452770596%
Banco Nacional S.A.	13,736305265%
Banco Omega S.A.	1,250606326%
Banco Pontual S.A.	9,619148449%
Banco do Progresso S.A.	0,581713655%
Banco Rural S.A.	14,800430455%
Banco de Tokyo S.A.	3,637350342%
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A	8,906500702%
Banco Vega S.A.	1,398558063%
Total:	100%